



Todos os membros do CSN compareceram à reunião do Palácio do Planalto

Sigilo marcou os preparativos

O presidente José Sarney fez questão de manter em sigilo a convocação do Conselho de Segurança Nacional para evitar uma repercussão antecipada junto aos bancos e governos estrangeiros. Só às 20h30 de quinta-feira, já no Palácio da Alvorada, Sarney chamou o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan Mendes, e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para comunicá-lhes a reunião.

Aos três, pediu que não liberassem a notícia. O porta-voz do presidente, jornalista Frota Neto, não foi informado. Ao contrário: às 15h30 o presidente mandou-o afirmar à imprensa que não haveria reunião ministerial ontem. A desinformação, portanto, foi iniciativa do próprio Sarney. "O presidente achou que eu não devia saber. Questão de tática dele", escusou-

se o secretário de Imprensa da Presidência.

A troca de denominação do colegiado, de reunião do ministério para reunião do Conselho de Segurança Nacional, não muda o fato de que houve uma tentativa de desinformação, mas acrescenta importância à notícia. "Trata-se de uma reunião que tem importância muito ampla, mais que administrativa, envolvendo toda a política nacional e nossa política externa. Daí também o convite para a participação dos presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal", explicou Frota Neto.

O porta-voz esclareceu também que a reunião não foi marcada para a parte da manhã devido ao fuso horário: nos Estados Unidos ainda seria madrugada e o embaixador Marcílio Marques Moreira não teria tido tempo de prevenir autoridades e bancos americanos a res-

peito da posição brasileira. Com a reunião do CSN à tarde, eles puderam ser avisados de que a posição brasileira não era de confronto nem ideológica, mas uma contingência que o Governo Sarney deseja negociar.

Segundo o embaixador Rubens Ricúpero — assessor especial do presidente para assuntos internacionais —, Sarney não enviou qualquer carta ao presidente Ronald Reagan sobre a suspensão do pagamento de juros. Ricúpero — que secretariou a reunião do CSN — explicou a um outro assessor presidencial que tal carta "não é de praxe" e que a função cabe ao embaixador. "Ainda mais tratando-se de um especialista na área". Na verdade, o interlocutor da comunicação brasileira não seria sequer o presidente Reagan, mas sim o secretário do Tesouro, James Baker, além dos banqueiros.